



GLOBAL JOURNAL OF MEDICAL RESEARCH: A
NEUROLOGY & NERVOUS SYSTEM
Volume 22 Issue 1 Version 1.0 Year 2022
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-4618 & Print ISSN: 0975-5888

Systems of Formation in Foucault's Archaeology: Incursion to Sub-Levels of Discourse

By Estêvão de Carvalho Freixo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Abstract- Since the first undertakings carried out in its name in the 1960s, discourse analysis has shown itself to be a remarkably broad and diverse investigative field. In its french tendency, we could possibly relate the hybridity of this field to the achievements of Michel Foucault, whose discursive theory owes its elaboration to the interest addressed by the philosopher towards debates brought about by encounters and confrontations that took place in the field of social and human sciences during the 20th century. However, Foucault's text *The Archeology of Knowledge*, which can be considered as a founding work regarding the French school of discourse analysis, constitutes its theoretical place positively apart from linguistic analysis and from the textual dimension of discourse. Therefore, to approximate to linguists the theoretical developments Foucault carries out in the *Archeology of Knowledge*, it seems convenient to recover some of the discussions which might have served as a condition for this text to be presented the way we know it today.

Keywords: *structuralism. the archeology of knowledge. discourse analysis. michelfoucault. lévi-strauss.*

GJMR-A Classification: *DDC Code: 401.41 LCC Code: P302*



SYSTEMS OF FORMATION IN FOUCAULT'S ARCHAEOLOGY: INCURSION TO SUB-LEVELS OF DISCOURSE

Strictly as per the compliance and regulations of:



RESEARCH | DIVERSITY | ETHICS

© 2022. Estêvão de Carvalho Freixo. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

Systems of Formation in Foucault's Archaeology: Incursion to Sub-Levels of Discourse

Os Sistemas De Formação Na Arqueologia De Foucault: Incursão Aos Subníveis
Do Discurso

Estêvão de Carvalho Freixo

Resumo- Desde os primeiros empreendimentos realizados em seu nome na década de 1960, a análise do discurso tem se mostrado um campo investigativo notadamente amplo e diverso. Em sua tendência francesa, podemos, em grande parte, atribuir o hibridismo desse campo às realizações do filósofo Michel Foucault, cuja teoria discursiva deve sua elaboração ao interesse dirigido pelo autor a certos debates que marcaram os encontros e os enfrentamentos que tiveram lugar no terreno das ciências sociais e humanas durante o século XX. Todavia, o texto de *A Arqueologia do Saber*, que figura entre as obras fundantes sobre as quais a escola francesa pôde se erguer, constitui seu lugar teórico de modo positivamente afastado da análise linguística e da dimensão textual do discurso. Para então aproximar dos linguistas os desenvolvimentos teóricos que Foucault realiza na *Arqueologia do Saber*, parece conveniente que sejam recuperadas algumas das discussões que talvez tenham servido como condição para que esse texto viesse a público na forma como hoje o conhecemos. Levando em conta os limites de espaço de que aqui dispomos, decidimos analisar o grau e o modo de aproveitamento na teoria discursiva foucaultiana do método de análise estrutural tal como Lévi-Strauss o imaginou para o trabalho da ciência etnológica em meados do século passado, considerando ainda os efeitos que a noção de estrutura por ele recomendada acabou por produzir no modo como os historiadores pensavam a duração social. Do ponto de vista da aproximação metodológica, utilizamos um conjunto de textos referentes ao debate estabelecido entre história e antropologia na França do século passado que supomos terem servido como condição de possibilidade à produção da *Arqueologia do Saber*. Confrontando-os com a obra de Foucault, exploramos as relações intertextuais existentes entre a *Arqueologia* e esses trabalhos cuja existência prévia parece ter viabilizado seu aparecimento. Nessa direção, ajustamos a condição de possibilidade a qual nos referimos, reduzindo seu alcance ao que decidimos tomar estritamente como *condição (textual) de possibilidade* – categoria que admitimos como ponto de apoio em nosso trabalho de análise. Os resultados nos mostram que certos traços da razão estruturalista parecem ter sido transferidos para um aspecto teórico da *Arqueologia* definido

como sistema de formação – uma camada na qual os mais diversos elementos da realidade social estabelecem entre si relações cuja complexa sistematicidade serve como condição de existência aos elementos do discurso.

Palavras-chave: *estruturalismo. a arqueologia do saber. análise do discurso. michelfoucault. lévi-strauss.*

Abstract- Since the first undertakings carried out in its name in the 1960s, discourse analysis has shown itself to be a remarkably broad and diverse investigative field. In its french tendency, we could possibly relate the hybridity of this field to the achievements of Michel Foucault, whose discursive theory owes its elaboration to the interest addressed by the philosopher towards debates brought about by encounters and confrontations that took place in the field of social and human sciences during the 20th century. However, Foucault's text *The Archeology of Knowledge*, which can be considered as a founding work regarding the French school of discourse analysis, constitutes its theoretical place positively apart from linguistic analysis and from the textual dimension of discourse. Therefore, to approximate to linguists the theoretical developments Foucault carries out in the *Archeology of Knowledge*, it seems convenient to recover some of the discussions which might have served as a condition for this text to be presented the way we know it today. Considering the limits of space we have, we decided to analyze the degree and the way of use in Foucault's discursive theory of the structural analysis method as Lévi-Strauss envisioned it for the work of ethnological science in the middle of the last century, considering moreover the effects produced by the notion of structure he recommended in the way historians thought of social duration. Concerning the methodological approach, we use a set of texts related to the debate established between history and anthropology in France in the last century which we suppose have served as a condition of possibility for the production of the *Archeology of Knowledge*. Confronting these texts with Foucault's work, we explore the existing intertextual relationships between the *Archeology* and this material whose previous existence seems to have enabled its appearance. In this direction, we adjust the condition of possibility to which we refer, reducing its scope to what we have decided to take strictly as a *textual condition of possibility* – a category we assume as theoretical support in our analytical work. The results show us that certain traits of structuralist reason seem to have been transferred to a theoretical aspect of Archeology defined as *system of formation* – an under layer in which multiple elements of social reality establish reciprocal

Author: Master in Linguistics from UERJ and Specialist in Portuguese Language from UNICAM, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ. e-mail: estevaofreixo@gmail.com

relationships whose complex system aticity serves as a condition of existence to the elements of discourse.

Keywords: structuralism. the archeology of knowledge. discourse analysis. michelfoucault. lévi-strauss.

I. INTRODUÇÃO

O programa de estudos e pesquisas do domínio ao qual chamamos análise do discurso tem se mostrado notadamente amplo e diverso desde os primeiros empreendimentos realizados em seu nome na década de 1960. Em sua tendência francesa, podemos, em grande parte, atribuir o hibridismo desse campo às realizações do filósofo Michel Foucault, cuja teoria discursiva deve sua elaboração ao interesse dirigido pelo autor aos debates que marcaram os encontros e os enfrentamentos que tiveram lugar no terreno das ciências sociais e humanas durante o século XX.

A heterogeneidade própria do campo coloca ainda um problema bastante singular aos linguistas que com ele colaboram. O texto de *A Arqueologia do Saber*, de M. Foucault, que figura entre as obras fundantes sobre as quais a escola francesa pôde se erguer, constitui seu lugar teórico de modo positivamente afastado da análise linguística e da dimensão textual do discurso. Por essa razão, Maingueneau (2015, p. 19) concebe a participação desse texto na análise do discurso praticada na França como influência mais “indireta” comparativamente aos trabalhos de J. Dubois e M. Pêcheux: “Se estes últimos pretendiam apoiar-se na linguística, o autor de *A arqueologia do saber* a recusava. O que ele chamava de ‘discurso’ não tinha relação direta com o uso da língua”.

Para aproximar dos linguistas os desenvolvimentos teóricos sobre discurso que Foucault realiza na *Arqueologia do Saber*, parece conveniente, portanto, que recuperemos certas discussões que parecem ter servido como condição para que esse texto viesse a público na forma como hoje o conhecemos. Não sendo possível, porém, realizar uma extensa cobertura dos diferentes debates desde os quais a obra arqueológica pôde se produzida, investiremos aqui nosso interesse em uma discussão pontual desenvolvida num espaço de comunicação entre história e antropologia durante o século XX que acreditamos ter de alguma forma contribuído para que a *Arqueologia* de Foucault tenha adquirido o perfil com o qual viemos a nos relacionar desde sua publicação em 1969.

Referimo-nos ao fato de que, em meados do século XX, a noção de estrutura, reanimada na antropologia de Lévi-Strauss, ganhava o centro da discussão nas ciências sociais, pelo que a história eventualmente se viu também confrontada com a temática estrutural (BARROS, 2014). A esse respeito, apostamos que a forma de análise concebida na

Arqueologia, certamente implicada com o trabalho historiográfico, opera certo grau de apropriação da análise estrutural, que, no último centenário, trouxe ao campo da história um importante debate desde o qual se desdobraram novas formas de se pensar a duração social. Além disso, a noção de sistema – termo alternativo à palavra estrutura – ganhou um lugar de destaque no texto de Foucault com a introdução dos *sistemas de formação*, cujo caráter e funcionamento derivam de uma lógica de estrutura.

Sendo assim, estaremos aqui empenhados em analisar o grau e o modo de aproveitamento na teoria discursiva foucaultiana do método de análise estrutural tal como Lévi-Strauss o imaginou para o trabalho da ciência etnológica em meados do século passado. Adicionalmente, consideraremos os efeitos que a noção de estrutura por ele recomendada acabou por produzir no modo como os historiadores pensavam a duração social.

No que concerne à aproximação metodológica, trabalharemos com um conjunto de textos referentes à discussão antes mencionada que supomos terem servido como condição de possibilidade à produção da *Arqueologia do Saber*. Isto porque o texto de Foucault parece reverberar certos princípios antes estabelecidos nessas obras fundacionais. Confrontando-as com a obra de Foucault, estaremos, pois, voltados para as relações intertextuais existentes entre a *Arqueologia* e esses trabalhos cuja existência prévia parece ter viabilizado seu aparecimento. As condições de possibilidade as quais nos referimos aqui serão, portanto, consideradas como dadas em um espaço intertextual no interior do qual certos textos parecem ter tornado possível a emergência da *Arqueologia*. Nesse sentido, podemos dizer que os textos precedentes, que podem ser também situados como intertextos, dada sua posição primeira no espaço intertextual (KOCH, 2017), servem como condição de possibilidade ao texto de Foucault, que ulteriormente os comenta. Talvez nos seja pertinente, portanto, ajustar a condição de possibilidade a qual nos referimos, reduzindo seu alcance ao que tomaremos estritamente como *condição (textual) de possibilidade* – categoria que, para esta ocasião, admitiremos como ponto de apoio em nosso trabalho de análise.

a) *Das distinções entre sociologia, etnologia, etnografia e história, segundo Lévi-Strauss*

Em seu artigo *Histoire et ethnologie*, que integra uma das edições da *Revue de Métaphysique et de Morale* do ano de 1949, Lévi-Strauss retoma o jogo de tensões que opôs história e sociologia nas primeiras décadas do século XX. Para construir sua posição no debate, decide abrir mão do termo sociologia, que acreditava corresponder a uma ciência cujos desenvolvimentos ainda não haviam justificado plenamente a amplitude e a complexidade de seu

projeto. Ao invés disso, dedica-se ao exame das diferenças entre história, etnografia e etnologia, reconhecendo essas duas últimas como subdivisões da prática sociológica. Para o antropólogo, tais especializações eram garantidoras de resultados mais precisos, uma vez que os objetos de que tratavam podiam ser acessados com maior eficiência pelo trabalho metodológico. Logo, a análise das relações que mantinham com o campo da história poderia render conclusões mais importantes.

Preliminarmente, o autor distinguia esses domínios, descrevendo a etnografia como campo de "observação e análise de grupos humanos (...), visando a restituição, tão fiel quanto possível, do modo de vida de cada um deles" (LÉVI-STRAUSS, [1949] 2008b, p. 14), enquanto concedia à etnologia o lugar de prática conduzida pelo uso comparativo dos documentos apresentados pelos etnógrafos. Com base nessas primeiras definições, apontava uma identidade de objeto entre história e etnografia:

Quais são, de fato, as diferenças entre o método da etnografia (tomando o termo no sentido estrito, definido no início deste artigo) e o da história? Ambas estudam sociedades que são *outras* em relação àquela em que vivemos. O fato de tal alteridade estar ligada a um afastamento no tempo (por menor que seja) ou no espaço, ou mesmo a uma heterogeneidade cultural, é secundário, diante da similitude das posições. (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 30)

No que concerne ao método de trabalho utilizado, o autor nos explicava que o etnógrafo e o historiador apresentam fatos em conformidade com exigências semelhantes, de sorte que os documentos produzidos pelos etnógrafos podiam igualmente servir aos historiadores, sempre que as observações fossem escalonadas em um período de tempo suficientemente extenso para que se tornassem úteis ao trabalho historiográfico. A diferença mais importante estaria entre história e etnologia. Lévi-Strauss nos propôs que ambas fossem distinguidas segundo a natureza dos dados com os quais organizam o seu conhecimento.

Propomo-nos a mostrar que a diferença fundamental entre elas não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método e que, tendo o mesmo objeto, que é a vida social, o mesmo objetivo, que é a melhor compreensão do homem, e um método em que varia apenas a dosagem dos procedimentos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares. A história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, e a etnologia, em relação às condições inconscientes da vida social. (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 32)

Em poucas e bem organizadas palavras, o antropólogo define a meta que orienta o trabalho dos etnólogos com notável clareza e concisão, sem deixar de acenar para as relações que ligam os fenômenos inconscientes à realidade das estruturas.

Seu objetivo é atingir, para além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu devir, um inventário das possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado, cujo repertório e cujas relações de compatibilidade ou incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, mas nunca são arbitrários. (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 38)

De todo modo, a história e a etnologia não ignoravam a face complementar do aspecto ao qual se dedicavam, ainda que admitissem preferência pelas dimensões consciente ou inconsciente do fenômeno coletivo. E, mesmo caminhando em direções diferentes na realização de uma tarefa semelhante, as duas ciências finalmente coincidiam em seu trabalho quando buscavam deduzir a estrutura inconsciente que produzia e sustentava a realidade social. Com efeito, essa estratégia de análise demandava o recurso à compreensão historiográfica: "Ao mostrar instituições que se transformam, só ela [a história] permite extrair a estrutura subjacente a formulações múltiplas e que permanece através da sucessão de eventos" (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 36). Pela análise das relações existentes entre as instituições, seria possível encontrar, "por detrás do caos de regras e costumes, um esquema único" (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 36) que se provaria atuante nos diversos contextos locais e temporais.

Tal esquema não poderia corresponder nem a um modelo particular da instituição nem ao agrupamento arbitrário de características comuns a várias formas: consiste em relações de correlação e oposição, certamente inconscientes, (...) mas que, sendo inconscientes, devem estar igualmente presentes entre aqueles que jamais conheceram tal instituição. (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 36)

b) *A estrutura social na etnologia*

Antecipando os desenvolvimentos da linguística, o antropólogo teuto-americano Franz Boas já indicava a natureza inconsciente dos fenômenos culturais ao mostrar que a estrutura da língua foi desconhecida pelo falante até o advento da gramática científica (LÉVI-STRAUSS, 2008b). No raciocínio etnológico, a premissa da existência de uma dimensão subjacente às práticas culturais implicava ainda o fato de que certas formas mentais eram inconscientemente impostas aos indivíduos, independentemente do tempo e do espaço ao qual pertencessem. Colocava-se, assim, a necessidade de um trabalho de descrição das relações existentes entre as formas inconscientes que, articuladas no interior de uma estrutura, sustentavam as regras e os costumes praticados nas diferentes sociedades. Para acessar essas relações, todavia, devia-se caminhar da superfície de observação até a

zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes (BRAUDEL, [1958] 1978b).

Do ponto de vista do método, a correspondência em relação à ordem de grandeza dos fenômenos com os quais antropologia e fonologia se ocupavam trouxe à primeira a expectativa de utilização de um caminho análogo ao adotado pela fonologia. Se os fonologistas se voltavam ao esquema dos sons, dedicando-se a examinar seus agrupamentos – estruturas infrafonêmicas que constituíam a realidade subjacente ou inconsciente da língua –, os antropólogos isolavam fenômenos em escala próxima o suficiente para justificar um tratamento semelhante. Assim, se as leis de estrutura da fonologia eram deduzidas no estágio infrafonêmico da língua, a antropologia, a sua vez, encontrava as regularidades culturais pretendidas no estágio microsociológico das sociedades estudadas.

Por outro lado, o interesse pela perspectiva estruturalista levou Lévi-Strauss a descrever a sociedade como um todo constituído por um conjunto de estruturas no qual cada uma delas corresponde a uma ordem ou um nível de realidade distinto. Nesse sentido, os fenômenos de parentesco configuram uma ordem de realidade relativa à investigação antropológica, enquanto fenômenos linguísticos, econômicos, históricos, por exemplo, participam de outras camadas cuja responsabilidade de análise recai sobre os campos vizinhos (LÉVI-STRAUSS, [1958] 2008a). A análise estrutural demandava, portanto, a identificação e o isolamento do nível de realidade pertinente ao trabalho do investigador, razão pela qual implicava o recorte de um dado grupo de fenômenos. No interior de cada nível estrutural seria ainda possível distinguir dois planos, já que a *ordem vivida*, que corresponde à realidade objetiva, supõe a existência de uma *ordem concebida*, que serve como matriz formal ao conjunto de suas manifestações concretas (LÉVI-STRAUSS, [1952] 2008a).

Na antropologia, para caminhar de uma dimensão a outra, as relações sociais deviam ser tomadas como matéria-prima para a construção de modelos explicativos que evidenciavam a estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 2008a, p. 301). Logo, a primeira tarefa era a de se determinar os fatos a serem examinados, o que condicionava as demais etapas do trabalho. Dessa observação inicial, seguia-se o isolamento dos elementos pertinentes à análise da estrutura e a determinação de suas relações no seio dessa realidade observada (BRAUDEL, 1978b). Esse trabalho era ainda conduzido com apoio das ditas matemáticas sociais que, afastando-se da perspectiva quantitativa tradicional, privilegiavam a importância dos dados qualitativos. A essas matemáticas, ao invés de números eram oferecidas relações. Uma vez rigorosamente definidas tais relações, atribuíam-se-lhes sinais descritivos, para que suas propriedades

fossem corretamente representadas em linguagem formal. Como resultado, certos aspectos do universo cultural tinham seu funcionamento explicado a partir de um conjunto de formulações matemáticas.

O material das matemáticas sociais exigia, portanto, um tratamento preliminar. Para se realizar a análise do social, determinava-se uma unidade restrita de observação conforme o campo e o interesse do investigador no qual os fenômenos pudessem ser descritos na sua mais direta manifestação. O trabalho etnográfico – que servia de base à pesquisa etnológica – exigia que os fatos fossem examinados em si mesmos, em seu detalhe concreto, nos processos objetivos pelos quais funcionavam. Ao mesmo tempo, deviam ser também estabelecidas todas as relações possíveis entre os elementos analisados. Da determinação precisa dessas relações, as matemáticas extraíam um modelo capaz de caracterizá-las em seu conjunto (BRAUDEL, 1978b).

c) *Duração social em Bachelard*

Passemos agora à análise da forma como a duração social apareceu refletida no trabalho de Gaston Bachelard, para em seguida examinarmos o modo como seu raciocínio foi incorporado ao trabalho dos historiadores. Ao termo desta seção, estaremos em condições de verificar como a noção de estrutura precisou ser confrontada com uma certa compreensão de duração social para ser integrada ao campo da história.

Desde que as reflexões filosóficas de Bachelard ofereceram às ciências sociais o esboço de uma psicologia temporal, as relações dos investigadores com o tempo sofreram considerável mudança. Apoiemo-nos em alguns momentos de sua obra *La Dialectique de la Durée* para brevemente apresentar algumas de suas ideias principais. Consideremos, pois, quatro noções com as quais o filósofo fundou uma certa forma de se pensar o Ser na duração. São elas: o *ensino*, a *conduta*, o *ritmo* e a *memória*.

Apoiando-se no trabalho do psiquiatra Pierre Janet, Bachelard (1936/1988) sustenta uma tese segundo a qual o tempo vivido deve ser explicado com base no tempo pensado. Nessa direção, estabelece relações entre a experiência do tempo e a causalidade psicológica. Sob a base desta compreensão está sobretudo a relação fundante que Janet firma entre o saber e o ensinar. Para saber, é preciso antes ensinar, seja na relação dita pedagógica, seja no exercício introspectivo por meio do qual organizamos nossos pensamentos. E o gesto didático, em ambas as circunstâncias, impõe uma sequência de ações ordenadas por meio do qual demonstramos o que pretendemos ensinar.

Aplicando-se esse raciocínio à problemática temporal, tem-se que o tempo, para ser sabido, deve

ser explicado. Seu conhecimento não é imediato, sendo as condições de seu ensino o que efetivamente constitui o fenômeno psicológico temporal. “Nossa história pessoal nada mais é assim que a narrativa de nossas ações descosidas” (BACHELARD, 1988, p. 39). Para contá-la, conferimos-lhe continuidade por meio de razões que conectam momentos separados entre si. Sendo assim, sua ordem não é registrada com apoio em uma compreensão imediata e intuitiva, mas segundo motivos que a tornam coerente para quem pretende comunicá-la. Uma realidade temporal definida se sustenta, portanto, no trabalho de organização inteligível de um certo conjunto de instantes apartados no tempo.

Mas, segundo nossa localização em relação ao tempo, assumimos diante dele uma conduta diferente por percebê-lo ora como obstáculo ora como ponto de apoio, conforme nos situemos em sua duração vazia ou em seu instante fecundo. Isso nos traz à segunda chave explicativa com a qual Bachelard constrói sua reflexão sobre o Ser e a duração. A esse respeito, Bachelard retoma mais uma vez Pierre Janet, que admite dois tipos possíveis de movimento em relação ao tempo: uma conduta primária, que equivale a um gesto adaptado ao espaço – seu caráter é inaugural e sua duração, efêmera; e uma conduta secundária, que se define pelo esforço adicional que faz a primeira perdurar no tempo. O prolongamento do ato inicial, dá-se, pois, por um esforço de continuação. Torna-se possível, assim, separar a vontade originária, que desencadeia o ato, de outra que o continua. É, pois, pelo trabalho da razão, da intenção clara e da obstinação que os atos primeiros podem ser sustentados para além de sua existência fugaz.

O terceiro artifício de exposição é a noção de ritmo. Para refletir sobre a construção da duração, Bachelard evoca o raciocínio de Gaston Roupnel, para quem a continuidade do passado histórico depende do movimento de sucessivos recomeços. Desse ponto de vista, só perduram que tem razões para recomeçar. O fenômeno rítmico é assim tomado como fundamento da eficácia temporal. Por isso, cada divisão do tempo histórico deve ser estudada segundo seu ritmo particular. E, se a permanência no tempo se dá pelo ordenamento de sucessivos recomeços, o ritmo das durações equivale a um sistema no qual o trabalho de continuação se renova a cada reinício.

A memória, quarta e última chave, é descrita pelo filósofo como faculdade que, servindo-se da razão, responde pela organização da duração vivida. Se a experiência da duração encerra em si a matéria das recordações sem, no entanto, oferecer sua localização, a memória cumpre o papel de isolar e datar os acontecimentos, ordenando-os numa esquematização sobre a qual se constituem as narrativas sobre nosso passado. A vida pregressa é, portanto, construída na memória por um sistema artificial que, sob o pretexto de

ligar certos acontecimentos, os dispõe em sequência, de modo a eliminar a distância que eventualmente os separa.

Face a constatação desse trabalho de montagem por meio do qual a duração é construída, tem-se que a continuidade do tempo para o psiquismo não é um dado, mas o resultado de uma elaboração que, procedendo por saltos, exclui intervalos inúteis, para isolar centros especiais de causalidade. Mesmo apresentando-se uma ordem de sucessão, os acontecimentos com os quais a compreensão do tempo se forma não estão interligados de forma imediata. No plano da consciência, a elaboração temporal descontínua seria a regra, e a continuidade pela qual o passado se desenha, o resultado de um trabalho que produz a duração vivida com auxílio da razão.

Vê-se, assim, que a dialética do Ser na duração proposta por Bachelard se sustenta sobre uma oposição ativa entre instantes vivos e espaços vazios, desde a qual é construída uma sequência de acontecimentos em aparente continuidade.

O ritmo de ação e de inação parece-nos inseparável de qualquer conhecimento do tempo. Entre dois acontecimentos úteis e fecundos, é preciso que se exerça a dialética do inútil. A duração só é perceptível em sua complexidade. Por mais pobre que seja, ela se coloca ao menos numa oposição com limites. Não temos o direito de tomá-la como um dado uniforme e simples. (BACHELARD, 1988, p. 41)

Ou ainda pelas palavras de Eugène Dupréel

Com efeito, toda realidade conhecida o é sob a marca de uma série de acontecimentos sucessivos ou concomitantes, percebidos enquanto termos regulares de uma mesma ordem, entre os quais há um intervalo sempre ocupado por acontecimentos indiferentes. (DUPRÉEL, 1933, p. 23 APUD BACHELARD, 1988, p. 82)

d) *Duração social em Braudel*

Vejam agora como os historiadores vão se servir de algumas noções fundadas no trabalho de Bachelard, para aplicá-las – de forma consideravelmente modificada, sem dúvida – aos problemas da história. Em suas pesquisas, o aproveitamento da noção de ritmo vai colocar em relação distintas faixas temporais, pelo que a dialética da duração referirá, nesse caso, à relação existente entre estruturas pertinentes a diferentes periodizações. De outra parte, o sistema de instantes que Bachelard supõe para uma trajetória biográfica será substituído pela ordenação da série documental. Dispondo as fontes históricas em ordem sequenciada, de modo a encadeá-las segundo as unidades do tempo, os historiadores serão então capazes de “identificar permanências, de perceber ciclos, de avaliar pequenas variações” (BARROS, 2010a, p. 76).

Sabemos, por exemplo, que a história tem a temporalidade como elemento central do seu ofício. O que os historiadores ligados ao movimento promovido por Lucien Febvre e Marc Bloch compreenderam nas primeiras décadas do século passado com o desenvolvimento da história econômica é que o tempo, mesmo seguindo numa escala única, pode ser fracionado segundo critérios distintos. Passou-se então a falar de uma temporalidade múltipla e os modelos explicativos exibiam uma duração que variava conforme a realidade registrada. Além das periodizações consideradas em suas pesquisas, voltaram-se também os historiadores franceses para os pontos de ruptura que separavam certas faixas de acontecimentos por ocasião das crises que modificavam a realidade social.

Em meados do século passado, Braudel nos dizia que as outras ciências do social escapam à explicação histórica ora se apoiando no tempo sincrônico, atualização da realidade social, ora descansando sobre os fenômenos de repetição. Recorrem, por outras vezes, à "formulação matemática de estruturas quase intemporais" (BRAUDEL, 1978b, p. 55). Esquivam-se, portanto, do tempo imperioso que serve de bússola ao trabalho dos historiadores, tempo inescapável a constranger todas as realidades particulares.

Diferentemente, o tempo dos historiadores "prestar-se-ia menos, (...) ao duplo jogo ágil da sincronia e da diacronia" (BRAUDEL, 1978b, p. 73), porque não permite tratar os fatos como se estivessem suspensos numa realidade imóvel. Para esses cientistas, o tempo era medida e cada fenômeno correspondia a um ponto no interior de uma escala na qual vários outros se distribuem.

Em lugar dessa dicotomia, trabalhava-se na ciência histórica com um tempo social decomposto em diferentes realidades cronológicas. Na sua menor medida, recortavam-se os eventos criadores de instantes decisivos no passado, tomava-se em consideração o tempo curto das diferentes formas de vida, das diferentes ordens de realidade nas quais o social poderia ser refletido. Essa faixa estreita de acontecimentos compunha o tempo da historiografia dita tradicional, que havia sido privilegiada na França ao final do século XIX.

Outras periodizações menos comprimidas, porém, começaram a ser consideradas pela história econômica, que se orientava pela oscilação cíclica dos índices financeiros. Trabalhando com extensões que variavam em torno de poucas dezenas de anos, os historiadores voltados aos fenômenos da realidade econômica consolidaram um tempo dito conjuntural, cujo recitativo transpunha a duração espremida das narrativas "tradicionais":

(...) uma curva dos preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações da taxa de juro, o estudo (mais imaginado do que

realizado) da produção, uma análise precisa da circulação reclamam medidas muito mais amplas. Aparece uma nova forma de narrativa histórica, digamos o "recitativo" da conjuntura, do ciclo, até mesmo do "interciclo", que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. (BRAUDEL, 1978b, p. 47)

Como resultado, outros níveis de realidade, como as técnicas, as ciências, as instituições religiosas, as variáveis demográficas foram também analisados segundo esse novo ritmo de vida.

Finalmente, para além do tempo conjuntural, uma nova temporalidade, de amplitude secular, começou a ser utilizada na pesquisa historiográfica. Uma longa duração, de "respiração mais contida" (BRAUDEL, 1978b, p. 44), abriu espaço para o desenvolvimento de uma história inconsciente, que justificava o exame das formas subjacentes à realidade social e sua quase imunidade às perturbações do tempo. O tempo longo era, pois, o tempo com o qual os historiadores se dedicavam ao exame das estruturas. Essa fórmula logo passou a designar o oposto da história acontecimental, aquela dedicada ao tempo curto da historiografia tradicional.

Braudel (1978b) nos disse que a "tendência secular", limite extremo do tempo cíclico e conjuntural praticado na história econômica, havia fornecido uma primeira chave para compreensão da longa duração; e que a segunda, mais importante, era o conceito de estrutura, com a qual se podia efetivamente operar os problemas do tempo longo.

À noção de estrutura, os cientistas sociais atribuíam a qualidade de um arranjo coerente, cujas relações fixas e precisas entre seus elementos internos determinavam seu funcionamento geral. A essa compreensão de caráter mais arquitetural, os historiadores acrescentaram o tempo, que numa estrutura era sempre veiculado no limiar mais baixo de sua motilidade. Em razão de sua persistência, as estruturas atravancavam a história, servindo como obstáculos à mudança social. Por outro lado, eram também o suporte sobre o qual a vida social se preservava, se repetia e se continuava.

Tornou-se possível, então, desprender-se em alguma medida do tempo exigente da história. O conjunto dos fatos examinados podia ser pensado sobre a organização tranquila de uma extensa infraestrutura que lhe servia de sustentação. E, repousando as demais faixas sobre essa duração maior, trabalhava o historiador no sentido de articular o tempo longo com suas formas decompostas, o tempo conjuntural e o tempo curto, tornando possível a investigação dos fenômenos sociais em conformidade com os diferentes ritmos dos quais participam. Um evento, dizia-se, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por

vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das 'causas' e dos 'efeitos' caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração. (BRAUDEL, 1978b, p. 45).

Assim, a história oferecia sua explicação do social, apelando ao entrecruzamento das cadências nas quais os acontecimentos se inserem: "Cada 'atualidade' reúne movimentos de origem, de ritmo diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora" (BRAUDEL, 1978b, p. 54). Além disso, era possível assinalar as interrupções que separam as periodizações menores no interior das faixas mais longas. Observavam-se as alterações na estrutura que redistribuíam seus elementos estruturantes, do que decorriam variações no interior desses grandes sistemas que penetravam a longitude do tempo.

As durações sociais eram, portanto, solidárias umas às outras e as fragmentações do tempo produzidas pelo historiador eram reunidas e articuladas por ele ao termo de seu trabalho: "Longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Do mesmo modo, participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos" (BRAUDEL, [1958] 1978a, p. 109).

e) *Sistema de formação*

Retomemos agora, no texto de *A Arqueologia do Saber*, as discussões que antes introduzimos. Naquelas oportunidades, pontuamos importantes fundamentos sem os quais, acreditamos, a obra aqui estudada não teria alcançado a forma em que viemos a conhecê-la. Sua teoria sobre o discurso não teria sido possível na ausência dessa conjunção especial a partir da qual pôde tomar uma direção particular.

Inicialmente, cumpre dizer que a renovação vivida pela ciência histórica na primeira metade do século XX abriu espaço para que as questões do estruturalismo, já presentes e amplamente debatidas nos domínios vizinhos, pudessem afetá-la em sua dimensão própria. Isso significa dizer que a noção de estrutura não apenas trouxe à história uma compreensão relacional e sistêmica do social, mas teve ainda de ser traduzida em termos de sua existência no tempo. Foi, portanto, necessário pensá-la em suas implicações na realidade da duração social, que compunha um eixo central do trabalho historiográfico.

Com efeito, parece produtiva a compreensão de que o tempo longo na história foi "o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries", como admite Foucault (1969/2000, p. 9) na obra que aqui estudamos. Em consequência de sua aplicação aos recitativos de conjuntura de uma História Econômica, as séries quiseram expandir-se a periodizações mais extensas. Mas não apenas isso. A presença da longa duração no ofício dos historiadores deve também seu aparecimento ao modo como as

estruturas intemporais admitidas pelos etnólogos foram refletidas e apropriadas pelos historiadores.

Para Foucault (2000), a história devia o surgimento das novas questões que colocava e as formas inéditas de aproximação pelas quais tratava seus temas de interesse a transformações que vinham ocorrendo no interior de seu próprio terreno. O que se deve a isso acrescentar é que já não é tão seguro, desde o início do século XX, supor a existência de um espaço bem delimitado onde a ciência histórica pudesse despreocupadamente percorrer um certo conjunto de noções sobre o qual fosse possível assentar uma identidade claramente definida e distinguida das outras ciências sociais.

O estruturalismo, como princípio epistemológico, como fundamento racional de análise ou método de tratamento de uma realidade examinada é, acreditamos, um elemento que participa da estratégia explanatória oferecida em *A Arqueologia do Saber*. Em que aspecto particular e em que medida essa ferramenta aparece, como se dissipa ou se distancia de seu uso canônico na antropologia estrutural é o que nos propomos agora a analisar.

Inicialmente, deve-se admitir que a transferência do método estrutural praticado na fonologia para outras ciências do social tornou necessária a diferenciação dos possíveis extratos de análise, a fim de que se pudesse localizar um dado conjunto de elementos sobre os quais cada campo e cada pesquisador lograsse investir legitimamente seu interesse. Nossa suposição é de que a teoria discursiva foucaultiana foi, assim, conduzida a um trabalho de identificação e isolamento de um nível próprio, uma dimensão específica em que os efeitos examinados e suas determinações pudessem ser pensados no interior de suas próprias fronteiras. Uma ordem singular. Um espaço de reflexão pertinente aos fenômenos discursivos. Uma ordem, como então foi preciso dizê-la, do discurso.

Nesse nível particular de realidade, Foucault assumiu a presença de um sistema a partir do qual os elementos do discurso são formados. Esse sistema, tal qual a estrutura admitida pelos enólogos, garante seu funcionamento pela constância de um dado conjunto de regras. Enquanto a estrutura na etnologia derivava das relações existentes entre um conjunto de formas inconscientes, formas que condicionavam o aparecimento dos elementos da cultura, os elementos discursivos indicados na *Arqueologia* (objetos, conceitos, modalidades enunciativas, temas) têm sua existência possibilitada por um sistema que se organiza com base em relações fixadas entre componentes variados do universo social.

Esse *sistema de formação*, que dá causa à formação regular dos elementos do discurso, compreenderá diferentes tipos de relação entre elementos pertinentes aos vários níveis da realidade

cultural: "instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos" (FOUCAULT, 2000, p. 79). Utilizamos aqui a palavra *cultura*, porque o caráter e a heterogeneidade das diversas instâncias admitidas por Foucault sugerem que o espaço onde se organizam as múltiplas relações no interior dos sistemas de formação corresponde a uma reapresentação modificada do campo de investigação dos etnógrafos, recortando-se aí os elementos segundo seu interesse relativo ao projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos. E, na medida em que o feixe complexo de relações com o qual esse sistema se organiza é preservado na tessitura do tempo e do espaço social, a estabilidade do seu funcionamento resulta no conjunto das regras segundo as quais os elementos do discurso são ulteriormente formados. Os elementos que compõem o discurso são, portanto, o resultado de um exercício constante, de uma prática que estabelece relações determinadas entre os múltiplos componentes oferecidos pelo espesso e heteróclito universo da cultura.

Nesse aspecto da reflexão elaborada na *Arqueologia*, um problema de definição se coloca. Ainda que seu projeto teórico tenha se esforçado para definir um campo próprio de análise, comprimindo-o a um nível singular referido como o "espaço do discurso em geral" ou a "ordem do discurso", foi necessário ainda admitir uma subdivisão da faixa de fenômenos a serem examinados. Por um lado, era preciso dizer que os sistemas de formação residem no próprio discurso; ou antes (já que não se trata de sua interioridade e do que ela pode conter, mas de sua existência específica e de suas condições) em suas fronteiras, nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal. (FOUCAULT, 2000, p. 81-82)

Por outro, admitia-se que, além de um "estágio terminal" em que as formas últimas do discurso aparecerem dispostas na fina trama das superfícies textuais, com todo seu arranjo sintático, retórico, seu encadeamento frasal, sua ordem lógica, etc., havia ainda um nível anterior ao dessa construção acabada. Os "sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas" (FOUCAULT, 2000, p. 85) se conservam aquém do extrato manifesto, razão pela qual devem ser reconhecidos como regularidades pré-terminais do discurso. Essa bipartição do nível de análise traçado precisou ser eventualmente justificada: "Pode-se mesmo qualificá-las [as relações que configuram os sistemas de formação] de 'pré-discursivas', mas com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo" (FOUCAULT, 2000, p. 84).

Em resumo, o modelo teórico que se desenha no projeto arqueológico repete, à sua maneira, um traço fundamental e definidor do trabalho realizado na etnologia. Na forma como explorava o método da

análise estrutural, Lévi-Strauss admitia a comunicação entre dois níveis distintos: uma estrutura permanente, constituída por relações fixas entre um certo conjunto de formas inconscientes, e uma camada onde se organizam as práticas culturais de uma sociedade que atualiza essa estrutura num tempo e num espaço particulares. No trabalho do arqueólogo, o que se leva em consideração na análise "são regularidades pré-terminais em relação às quais o estado final, longe de constituir o lugar de nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes" (FOUCAULT, 2000, p. 84).

Outra marca confirmadora do paralelo com a orientação etnológica de pesquisa deve-se ainda acrescentar. Na *Arqueologia*, em que pese o empenho diligente e a atenção vigilante com que se tenta esquivar a presença de uma causalidade psicológica no nível dos fenômenos discursivos, vê-se encadear ponto a ponto os componentes centrais da engrenagem que fez emergir o inconsciente como princípio de análise. Embora não explicitada, a retomada da estratégia psicanalítica que se opera no projeto arqueológico se faz notar sem dificuldades em uma resposta com a qual o autor expõe a finalidade de seu trabalho durante entrevista publicada no periódico *La Quinzaine Littéraire* durante o ano de 1968.

Meu trabalho (...), muito esquematicamente, é isto: tentar encontrar na história da ciência, do conhecimento e do conhecimento humano alguma coisa que nele seria como o inconsciente. Se você quiser, a hipótese de trabalho é, em resumo, a seguinte: a história da ciência, do conhecimento, não obedece simplesmente à lei geral do progresso da razão, não é a consciência humana, não é a razão humana que é de algum modo detentora das leis de sua história. Aquém do que a ciência sabe sobre si mesma, há alguma coisa que ela não conhece; e sua história, seu devir, seus episódios, seus acidentes obedecem a um certo número de leis e determinações. São essas leis e essas determinações que tentei trazer à luz. Busquei liberar um domínio autônomo que seria aquele do inconsciente do saber, que teria suas próprias regras, assim como o inconsciente do indivíduo humano também tem suas regras e suas determinações. (FOUCAULT, 1994, p. 665-666, tradução nossa)

Tomado esse excerto nos limites de seu recorte, parece possível afirmar que a posição em que o sujeito discursivo nele se inscreve é precisamente aquela do campo psicanalítico, que, sem dúvida, foi o mesmo que tornou possível nas ciências sociais a aproximação entre inconsciente e estrutura. Essa é também opinião de Paul Veyne, que dedicou uma de suas obras à biografia intelectual do filósofo.

Usando ou abusando de uma analogia freudiana, Foucault diz ter «tentado libertar um domínio autônomo que seria o do inconsciente do saber», «reencontrar na história da ciência, dos conhecimentos

e do saber humano algo que seria como que o seu inconsciente». «A consciência nunca está presente numa tal descrição» dos discursos; os discursos «permaneceram invisíveis», são «O inconsciente, não do sujeito falante, mas da coisa dita» (sou eu quem sublinha), «Um inconsciente positivo do saber, um nível que escapava à consciência» dos agentes, que eles utilizavam «sem que dele tivessem consciência». (VEYNE, 2009, p. 22)

Deve-se ressaltar, entretanto, que não é o problema da causalidade psicológica que aqui se coloca. Com efeito, a dualidade da premissa psicanalítica se mantém: duas dimensões se articulam no interior de um mesmo nível de análise. Uma é conhecida e a outra não. Uma encontra-se no espaço onde se pode vê-la, a superfície do enunciado; a outra está aquém desse nível manifesto. Ocorre, porém, que a teoria discursiva foucaultiana assenta um domínio cuja estruturalidade e função não havia antes sido introduzido. Definindo-o enquanto "espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas" (FOUCAULT, 2000, p. 84), a dimensão autônoma de que Foucault nos fala é depositária das regras que determinam a existência e o aparecimento dos elementos que são exibidos no plano enunciativo.

A vida e o desenvolvimento de todo o jogo enunciativo; seu trabalho, sua inconstância são determinados por esse sistema que lhe é implícito, um sistema que sobre os enunciados atua a partir de outra dimensão qual a formação do discurso é autonomamente preparada. Essa faixa é desconhecida do próprio discurso. Não é sobre ela que ele se pronuncia. Mas é em razão do funcionamento que nela se opera que o discurso se torna capaz de dizer algo.

As relações que configuram o sistema de formação do discurso não se encontram na face textual manifesta, não conectam as palavras ou as formas sintáticas, não articulam argumentos, não confrontam proposições. Conservam-se, em lugar disso, num plano anterior ao qual o dito não tem o direito de recorrer, espaço para o qual discurso não se volta a não ser pela excepcionalidade de uma condição metadiscursiva – se assim podemos admitir, face a possibilidade que a própria arqueologia instaura com seu projeto analítico.

Entretanto, se esse átomo se mantém como espécie de antecâmara silenciosa para o discurso que se forma, algo como um ponto cego na extensão do campo ao qual o discurso lança seu olhar; para o arqueólogo, ao contrário, permanece realidade concreta e imediatamente identificável no seio da cultura. Na qualidade de "figura puramente empírica" (FOUCAULT, 2000, p. 147), campo constituído por elementos ditos não discursivos – isto é, anteriores ao estágio terminal do discurso –, o nível pré-discursivo pode ser referido como um *a priori* histórico das coisas efetivamente ditas, "um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade

para enunciados" (FOUCAULT, 2000, p. 146). Fica assim evidente o lugar de precedência do sistema de formação nessa relação dividida em que o nível discursivo se organiza.

Deve-se aqui entender o "não discursivo" como soma das técnicas, processos, comportamentos, aparelhos organizacionais, procedimentos e critérios adotados em diferentes instâncias da realidade social; em síntese, os mais diversos tipos de institucionalidade com os quais se coordena o tecido da cultura (FOUCAULT, 2000). Pode-se descrever esse conjunto como sendo as condições positivas que definem o campo desde o qual os elementos do discurso se desenvolvem. Assim, o aparecimento de uma disciplina psiquiátrica (isto é, de um discurso psiquiátrico) no início do século XIX, tal como comentado em *Histoire de la folie à l'âge classique*, é justificado da seguinte forma.

(...) o que a tornou possível na época em que apareceu (...), foi todo um jogo de relações entre a hospitalização, a internação, as condições e os procedimentos da exclusão social, as regras da jurisprudência, as normas do trabalho industrial e da moral burguesa, em resumo, todo um conjunto que caracteriza, para essa prática discursiva, a formação de seus enunciados (FOUCAULT, 2000, p. 202)

É possível, entretanto, apresentar fragmentos cujo esforço para uma descrição mais exaustiva dessas condições oferece uma caracterização surpreendentemente pródiga e minuciosa. Confronte-se, por exemplo, o excerto abaixo, de longa respiração e articulação eloquente, com a enumeração sumária apresentada logo acima.

Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Relação entre planos de especificação, como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída, e planos psicológicos de caracterização (as faculdades, as aptidões, os graus de desenvolvimento ou de involução, os modos de reagir ao meio, os tipos de caracteres, adquiridos, inatos ou hereditários). Relação entre a instância de decisão médica e a instância de decisão judiciária (relação complexa, para dizer a verdade, já que a decisão médica reconhece totalmente a instância judiciária para a definição do crime, o estabelecimento das circunstâncias em que se deu e a sanção que merece, mas se reserva a análise de sua gênese e a estimativa da responsabilidade envolvida). Relação entre o filtro constituído pela interrogação judiciária, as informações policiais, a investigação e todo o aparelho de informação jurídica, e o filtro constituído pelo questionário médico, os exames clínicos, a pesquisa dos antecedentes e as narrações

biográficas. Relação entre as normas familiares, sexuais, penais, do comportamento dos indivíduos, e o quadro dos sintomas patológicos e doenças de que eles são os sinais. Relação entre a restrição terapêutica no meio hospitalar (com seus limiares particulares, seus critérios de cura, sua maneira de delimitar o normal e o patológico) e a restrição punitiva na prisão (com seu sistema de castigo e de pedagogia, seus critérios de boa conduta, de recuperação e de libertação). São essas relações que, atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos. (FOUCAULT, 2000, p. 49-50)

Outro importante aspecto a ser assinalado diz respeito ao fato de que o sistema de formação, cujas regras são constituídas por esse complexo feixe de relações, não é indiferente ao curso do tempo. Nos limites temporais das formações discursivas, Foucault se ocupou da dispersão dos elementos do discurso, o que de imediato supõe a presença de dois níveis cronológicos. Uma dimensão mais ampla, no interior da qual o discurso opera suas transformações, e outra intermediária em que esses elementos são provisoriamente sustentados até o momento de sua modificação. Além dessas, foi acrescentada ainda uma faixa temporal de realidade mais instantânea – aquela da irrupção de acontecimentos que dão ocasião à efetiva emergência de enunciados em sua existência singular. Essa articulação entre diferentes temporalidades repete o procedimento dos historiadores, que, no interior de uma longa duração, estrutura de amplitude secular, organizavam sucessíveis conjunturas separadas por intervalos de crise; e, na extensão dessas conjunturas, montavam séries de eventos.

Sendo assim, o *a priori* dos enunciados efetivamente formulados, diferentemente da estrutura considerada na análise etnológica, “não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal” (FOUCAULT, 2000, p. 147). Os fenômenos de aparecimento, transformação, deslocamento, importação, que se devem à regularidade própria de seu esquema, são processos temporais e encontram-se inseridos numa série de acontecimentos. Deve-se destacar, todavia, que, em certos limiares decisivos, o grande sistema que incorpora todas essas modificações ocorridas nos trilhos da longa duração também se transforma.

Em conclusão, deve-se acrescentar que a dialética da duração, tese que é incorporada à investigação dos historiadores a partir dos esforços de Gaston Bachelard, precisou estar separada de seus pressupostos psicologizantes para ser finalmente introduzida no trabalho arqueológico. Do ponto de vista de Bachelard, é a causalidade psicológica que figura como fundamento da duração social. Os acontecimentos são organizados na memória de modo

a se constituir a imagem da biografia individual pela exclusão de seus instantes vazios. Por nosso passado, diz Bachelard, “entendemos no máximo, de acordo com o sentido precisado por Pierre Janet, o que tínhamos desencadeado no tempo ou aquilo que, no tempo nos feriu” (BACHELARD, 1988, p. 39). A história pessoal é então fundada, costurando-se momentos que, na linha do tempo, encontram-se afastados uns dos outros. Fosse esse modelo explicativo aplicado ao quadro maior da organização social, ter-se-ia como efeito a suposição de algo como uma macroconsciência a cuja presença os eventos importantes estariam todos referidos. No quadro teórico da *Arqueologia*, entretanto, os efeitos de descontinuidade histórica têm seu fundamento no método da serialização documental. A justaposição de documentos que se organizam segundo sua ordem no tempo faz aparecer aos olhos do analista acontecimentos discursivos que, rompendo com as estabilidades provisórias do saber, se apresentam como ocorrências descontínuas em relação aos eventos anteriores do mesmo sistema de formação.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises que encaminhamos ao longo deste artigo nos levaram à percepção da existência de alguns traços da razão estruturalista no corpo textual da *Arqueologia do Saber*. Em especial, pareceu-nos que algumas considerações desta ordem são transferidas para um aspecto teórico ali definido como *sistema de formação*. Esse sistema, por meio do qual o discurso vem a se formar, guarda, em relação ao plano onde os enunciados podem emergir, uma relação singular que procuraremos a seguir resumidamente descrever.

Inicialmente, deve-se dizer que a região em cuja superfície os enunciados se estabelecem e na qual podem ser descritas as relações que mantêm entre si, seus agrupamentos, suas descontinuidades supõe um nível subjacente, uma camada na qual os mais diversos elementos da realidade social estabelecem entre si relações que configuram um complexo conjunto de sistematicidades. O modo como são dispostas as relações que estabilizam o contato entre esses elementos é o que serve de condição de existência aos acontecimentos dados no plano enunciativo. Nesse sentido, repete-se na *Arqueologia* a bidimensionalidade que marca a aplicação do método estrutural nas ciências sociais. No trabalho de Lévi-Strauss, por exemplo, essa divisão se apresenta na relação pressuposta entre uma *ordem vivida*, que o antropólogo conhece diretamente na pesquisa de campo, e uma *ordem concebida*, que ele alcança a partir da anterior, com o auxílio da qual pode inferir a estrutura social que a ela serve como fundamento. As relações existentes entre os elementos que compõem cada um desses níveis tem natureza formal, sendo, por essa razão, relações suscetíveis à matematização e com as quais

se pode definir um sistema firmemente regular e fechado. Organizando esse sistema e explicando as diferenças existentes em seu interior, o antropólogo crê oferecer a seus pares um conhecimento rigoroso e universal acerca da cultura estudada.

Do ponto de vista da *Arqueologia*, o sistema desde o qual os enunciados são formados não se organiza por meio da articulação entre elementos cujas relações podem ser formalmente estabelecidas ou matematicamente arranjadas, nem se deve supor entre ele e o plano dos enunciados uma relação de causalidade simples, como se o enunciado fosse um efeito necessário desencadeado pelo sistema de formação. De fato, o sistema que forma os enunciados encerra em seu interior relações regulares entre os elementos que o compõem. Trata-se, porém, de um sistema aberto a contingências e transformações, suscetível à ação do tempo, pelo que não comporta o rigor matemático de estruturas fechadas. Nele estão dispostas não as causas simples dos enunciados que se formam em um outro nível, mas diferentes condições que tornam possível a existência desses mesmos enunciados.

Outra importante questão a ser assinalada é o fato de que o *sistema de formação* parece ser um dos aspectos mais desafiadores da *Arqueologia* para os analistas do discurso que modernamente se aventuram a aproveitá-la como base teórica de seus exercícios de análise. A dificuldade parece surgir de dois problemas em particular. Um deles diz respeito ao fato de que o sistema que forma os enunciados demanda um trabalho de descrição das relações que articulam os mais diversos elementos dispostos nesse espaço desde o qual o discurso pode emergir. A tarefa não é, portanto, especialmente familiar ao linguista. Parece mais bem ajustada à sensibilidade do cientista etnógrafo (ou mesmo sociólogo), habituado a percorrer toda a amplitude de uma cultura, registrando suas instâncias, seus componentes, seus funcionamentos variados. O segundo problema, que com o primeiro se relaciona, concerne à estratégia de pesquisa normalmente adotada pelos linguistas que praticam análise do discurso: havendo privilegiado as ciências da linguagem em suas práticas investigativas, tais analistas quiseram se concentrar no estudo das relações existentes entre os enunciados, na identificação de seus agrupamentos, na descrição dos pontos de contato que articulam diferentes discursos, nos procedimentos de exclusão sob os quais a produção enunciativa se regula, etc. Desse modo, o trabalho de campo tem se voltado à exploração das possibilidades de análise oferecidas no plano dos enunciados, considerando-se, via de regra, o modo como se conjugam a função enunciativa e a estrutura textual que, por meio dela, pode vir à existência. A análise arqueológica, porém, não se conclui com a realização dessa etapa. Desde aí, o arqueólogo deve

escavar o terreno em que o dito se apresenta para abaixo dele localizar e descrever o conjunto de condições a partir das quais a existência do enunciado pôde ser preparada. Numa entrevista concedida à Gerard Raulet em 1983, Foucault sumariza esse aspecto da análise que, inclusive, justifica a escolha da palavra arqueologia:

Se empreguei esse termo arqueologia, (...) era para dizer que o tipo de análise que eu fazia estava deslocado, não no tempo, mas pelo nível em que ele se situa. Meu problema não é estudar a história das ideias em sua evolução, mas sobretudo ver debaixo das ideias como puderam surgir tais ou tais objetos como objetos possíveis de conhecimentos. (FOUCAULT; RAULET, 2005, p. 319/320)

Se, portanto, os linguistas quiserem se aproximar dessa dimensão que condiciona o aparecimento dos enunciados, para sobre ela atuar, organizando seus componentes, descrevendo suas relações intrínsecas, mapeando, enfim, a disposição complexa e irregular de sua fisionomia, será provavelmente necessário que lancem mão de outros recursos além das tradicionais ferramentas já disponíveis no domínio das ciências da linguagem. Na descrição do sistema de formação, o que se encontra em jogo é uma análise das positivities que servem como condição de existência aos enunciados. A indicação de tais elementos e das relações que mantêm entre si suscita, portanto, instrumentos de análise que sejam aplicáveis a uma realidade que, na *Arqueologia*, se supõe como de natureza não textual. Nesse aspecto, a aproximação e o diálogo com outras divisões no interior das ciências humanas e sociais parece se impor como condição para os linguistas que pretendam se aventurar no trabalho bidimensional para o qual a obra de Foucault nos convida.

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

1. BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988. (Originalmente publicado em 1936)
2. BARROS, J. D. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. *Dimensões*, v. 32, p. 240–266, 2014.
3. BRAUDEL, F. História e sociologia. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978a. (Originalmente publicado em 1958)
4. BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978b. (Originalmente publicado em 1958)
5. FOUCAULT, M. *Dits et écrits I 1954-1969*. Paris: Gallimard, 1994.
6. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Originalmente publicado em 1969)

7. FOUCAULT, M.; RAULET, G. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: *FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
8. LÉVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Nasif, 2008a. (Originalmente publicado em 1952)
9. LÉVI-STRAUSS, C. História e etnologia. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Nasif, 2008b. (Originalmente publicado em 1949)
10. MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
11. VEYNE, P. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

